

**EUA /** Ex-presidente republicano dificultou a devolução de documentos confidenciais, revela versão editada do mandado de busca na mansão de Mar-a-Lago, na Flórida. Material colocaria em risco o trabalho de agentes do Serviço Secreto

# FBI acusa Trump de obstrução da Justiça

» RODRIGO CRAVEIRO

O FBI (a polícia federal dos Estados Unidos) afirmou que o ex-presidente norte-americano Donald Trump dificultou a devolução de documentos confidenciais que mantinha no resort privativo de Mar-a-Lago, na Flórida. Em janeiro, 700 páginas de 184 documentos guardados em 15 caixas foram entregues pela equipe do magnata ao Departamento de Justiça. Os investigadores, então, desconfiaram que "outros documentos que incluíam informações altamente secretas de defesa nacional" ainda estavam em Mar-a-Lago. Uma versão editada do mandado de busca, divulgada ontem pelo Departamento de Justiça, revelou que os agentes tentaram, por várias vezes, buscar os papéis na mansão, mas não tiveram sucesso. Até 8 de agosto, quando o FBI vasculhou 58 cômodos e 33 banheiros e saiu da residência com mais 15 caixas.

A resistência configuraria crime de obstrução de Justiça. Por sua vez, a posse do material retirado da Casa Branca pode custar ao magnata indiciamento por violar a Lei de Espionagem. De acordo com o mandado, os documentos entregues no começo

deste ano eram capazes de comprometer "fontes humanas clandestinas" usadas na coleta de inteligência e de afetar o trabalho de agentes do Serviço Secreto. O senador Mar Warner, chefe do Comitê de Inteligência do Senado, defendeu uma avaliação dos causados pelo manuseio incorreto das informações.

Segundo o mandado de busca, 67 dos documentos obtidos em janeiro estavam marcados como "confidenciais", 92 como "secretos" e 25 como "ultrassecratos". Também havia jornais, recortes de periódicos, fotos, anotações, correspondências presidenciais e pessoais e "muitos arquivos sigilosos".

A agência de notícias France-Press informou que os investigadores ficaram particularmente preocupados com o fato de Trump ter mantido esse material em um cômodo não seguro de sua mansão.

Richard H. Immerman, professor de história da Temple University (na Filadélfia) e vice-diretor de inteligência nacional durante o governo de Barack Obama (2009-2017), afirmou ao **Correio** que Trump cometeu "violação grave de uma série de leis, desde a Lei de Registros Presidenciais até a Lei de Espionagem". "A gravidade dos crimes dependerá do conteúdo dos documentos. Sabemos que alguns são confidenciais, e, entre eles, há informações compartimentadas ultrassecratos e sensíveis, rotuladas de TS/SCI. Mesmo com a divulgação do mandado de busca editado, não conhecemos os detalhes", comentou.

## Preocupação

Ao abordar o risco ao qual Trump expôs os agentes do Serviço Secreto, Immerman explicou que não se pode mensurar a extensão. "Todos os ramos da comunidade de inteligência se preocupam, de forma contínua, com a divulgação de fontes e de métodos. Com base no que é conhecido como 'teoria do mosaico', adversários podem determinar a identidade de agentes secretos



O magnata Donald Trump: "Neste momento, estamos vivendo em uma nação sem lei, que resulta ser, também, uma nação fracassada!"

## Eu acho...



É possível que Trump seja punido, embora ele tenha mostrado grande habilidade em evitar punições por todos os tipos de comportamento ilegal. Se ele for punido, duvido muito que seja preso. É mais provável que cumpra liberdade condicional e tenha que pagar multa."

**Richard H. Immerman**, vice-diretor de inteligência nacional de Barack Obama

ou de ativos dos EUA sem que seus nomes apareçam em um documento. Alguns riscos podem ser exagerados, mas precisaríamos ler o documento e conhecer o contexto para avaliar a ameaça de modo legítimo", disse.

Ex-procurador federal e advogado na firma Rottenberg Lipman Rich P.C. (em Nova York), Mitchell Epner admitiu a gravidade do escândalo. "Esta é

a mais grave exposição criminal de qualquer presidente ou ex-presidente dos Estados Unidos desde a Guerra Civil", advertiu. "A preocupação é de que os simpatizantes mais virulentos de Trump tenham alvejado agentes federais de aplicação da lei, após o o republicano classificar a investigação como uma 'caça às bruxas'", acrescentou. Ele lembrou que, no começo deste

mês, um apoiador de Trump disparou contra o escritório do FBI em Cincinnati (Ohio) e foi morto em um tiroteio.

Epner acredita que o ex-líder republicano possa ser condenado à prisão. "Trump enfrenta perigo real sob a Lei da Espionagem. Se condenado, sua provável faixa de sentença seria de 14 a 17 anos, o que essencialmente representaria prisão perpétua para o ex-presidente, que tem 79 anos", afirmou. Além do caso envolvendo a retenção de documentos, Trump enfrenta uma investigação de um comitê criado pela Câmara dos Representantes sobre o seu papel na invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, e sobre a tentativa de reverter o resultado das eleições de 2020.

Na Truth Social, rede social criada por ele mesmo, Trump tornou a reclamar que é alvo de uma "caça às bruxas" e atacou a Justiça de seu país. "Neste

momento, estamos vivendo em uma nação sem lei, que resulta ser, também, uma nação fracassada!", escreveu.

Por sua vez, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, foi questionado por jornalistas sobre a divulgação do mandado de busca e saiu em defesa de seu governo. "Deixemos que o Departamento de Justiça se encarregue disso", reagiu. Ao embarcar para a sua casa, em Delaware, o democrata admitiu que levava consigo documentos confidenciais, mas destacou que contava em sua residência com "um espaço altamente seguro".

Promulgada depois do escândalo Watergate, na década de 1970, a Lei de Registros Presidenciais determina que o presidente norte-americano, ao deixar o cargo, deve entregar todos os dossiês oficiais para os Arquivos Nacionais, a instituição que controla os documentos presidenciais.

## Conexão diplomática



por Silvío Queiroz  
silvioqueiroz.df@gmail.com

# Na outra guerra, só um lado ataca

Enquanto o conflito na Ucrânia completa seis meses, outra guerra se desenrola — essa, sim, mundial. Nela, é apenas um dos lados que ataca: às vezes com suas crises e impasses, a sociedade humana assiste um tanto paralisada a seguidos golpes da natureza, nas várias frentes de catástrofe abertas pelas mudanças climáticas.

Na semana que se encerra, o Observatório Global da Seca, organismo da Comissão Europeia (CE, o braço executivo da União Europeia), fez o alerta. O continente enfrenta o verão mais quente dos últimos 500 anos, com dois terços do território sob alerta de seca e 17% em estado de emergência.

Se restasse alguma dúvida quanto ao alcance da ameaça, as imagens mais recentes da China retratam o impacto do aquecimento global em outro canto do planeta. Metade do país sente o impacto das temperaturas elevadas e da ausência de chuvas — que as autoridades tentam minimizar "bombardando" nuvens, com resultados limitados. O Yangtze, principal rio do país

e um dos maiores do mundo, nunca registrou nível de água tão baixo. E a segunda maior economia do planeta sente os efeitos do desequilíbrio climático em múltiplas frentes, em especial na escassez de energia, com desdobramentos para a economia global.

Nas Américas, os EUA exibem quadro semelhante, com uma "epidemia" de incêndios florestais. A incidência recorde de queimadas e desmatamento na Amazônia brasileira expõe os riscos a que está submetida a maior floresta tropical da Terra.

## Cada um por si

O paralelo da emergência climática global com a guerra na Ucrânia se desenha, para mal dos nossos pecados ambientais, justamente no fator que se apresenta como decisivo para enfrentar ambas as situações: as fraturas expostas no sistema multilateral. Impotente para silenciar as armas no campo de batalha, ele mostra capacidade igualmente reduzida para fazer valer

os compromissos firmados no Acordo de Paris.

Aprovado em 2015, na capital francesa, o tratado internacional sobre o clima está em vigor desde novembro de 2016. Nesses quase seis anos, foram mínimos os avanços feitos na direção de atingir a meta — modesta — de limitar a 2°C o aumento da temperatura média do planeta. E a emergência energética que se anuncia para o inverno europeu, com a redução dramática do fornecimento de gás pela Rússia, coloca em segundo plano os projetos de mais longo prazo para a transição a matrizes renováveis e limpas.

## Pior sem ela

Nas duas guerras, a das armas e a dos cataclismos, está na berlinda a instituição criada há quase 80 anos para zelar pela paz mundial. Desde a fundação, em 1945, a ONU sobrevive sob contestação incessante.

Ao longo da Guerra Fria, quando se multiplicaram os chamados "conflitos

regionais", travados indiretamente pelos EUA e pela União Soviética, por meio de aliados, era comum dizer que as Nações Unidas existiam "para resolver o que está resolvido". O fim da URSS, em 1991, foi acompanhado pela breve ilusão de que o terreno era enfim propício a uma globalização também na frente geopolítica.

O tempo se encarregou de mostrar que as polarizações se reproduzem, ainda que com novas peças no tabuleiro. Mesmo assim, é consenso entre observadores, estudiosos e atores políticos que o mundo seria ainda mais perigoso sem a presença da ONU — que seja para olhar e interceder pela população civil, maior vítima das guerras travadas desde o último conflito mundial.

## Clube das cinco

Ontem como hoje, o elemento crucial que torna viável o sistema das Nações Unidas é, igualmente, aquele que determina as suas limitações: a existência do Conselho de Segurança, com status diferenciado para cinco potências. EUA, Rússia (como sucedânea da URSS), Reino Unido, França e China, como membros permanentes, podem exercer

o direito de veto a resoluções aprovadas pela maioria. As demais 10 cadeiras do CS são ocupadas por países das diversas regiões, com mandato de dois anos.

O "jogo dos vetos" impediu, até aqui, uma condenação da Rússia pela invasão da Ucrânia. Historicamente, preservou Israel de sofrer sanções pela ocupação de territórios palestinos desde 1967. Da mesma maneira, preveniu uma guerra nuclear entre as cinco potências oficialmente reconhecidas como detentoras de arsenais atômicos — mas não evitou que Índia, Paquistão e Coreia do Norte testassem artefatos, nem que Israel armazenasse cerca de 200 ogivas, embora não o reconheça (nem desminta).

Na primeira década do século, o Brasil formou com Alemanha, Japão e Índia uma articulação — o G4 — empenhada em costurar um projeto de reforma das Nações Unidas. No centro dos esforços, a inclusão de mais cinco países no clube dos membros permanentes, passo inicial para uma eventual futura discussão sobre o poder de veto.

Pela perspectiva da diplomacia brasileira, a retomada de uma iniciativa com esse propósito é parte essencial de qualquer estratégia abrangente para a inserção do país no cenário global.